**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO UM ESPAÇO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES**

5

**Nome do primeiro autor1 Nome do segundo autor**

Titulação/Instituição Titulação /Instituição

E-mail do primeiro\_autor@ . E-mail do segundo\_autor@ .

10

**RESUMO**

Este artigo reflete acerca de processos de exclusão vivenciados por alunas que hoje estão na

Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA tem como uma das características atender

15 sujeitos, que por algum motivo tiveram que abandonar seus estudos ou não estudaram quando crianças ou jovens. Outra peculiaridade da EJA é a forte presença de mulheres na atualidade, já que, muitas se viram obrigadas a abandonar os estudos, por fortes marcadores de gênero que culturalmente são perpetuados em nossa sociedade. Para amparar o debate, nos apoiaremos em estudiosos como Louro, Saffioti, Poggio e Rosemberg e em teóricos como Bourdieu e Chartier.

20 Situaremos, também, as falas das estudantes de várias EJAs de Santa Catarina, a fim de trazer discussões relacionadas a gênero, mulheres, violências e empoderamento. Concluímos que as relações de gênero são historicamente impostas, e influenciaram na evasão escolar dessas alunas, criando violências diversas e, que a EJA se apresentou como um espaço de empoderamento.

25

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Mulheres; Gênero; Empoderamento.

***YOUTH AND ADULT EDUCATION AS A WOMEN’S EMPOWERMENT SPACE***

30 ***ABSTRACT***

This article reflects about the processes of exclusion lived by female students who are now in

the Youth and Adult Education (EJA). The EJA is known for attend people who for some reason had to abandon their studies. Another peculiarity of adult education today is the strong presence of women, since many of them have been forced to abandon their studies by strong

35 markers of gender that are culturally perpetuated in our society. To support the debate, we will stick to authors like Louro, Saffioti, Poggio and Rosemberg and theorists such as Bourdieu and Chartier. We also bring the testimonies of female students from several EJAs of Santa Catarina, in order to bring out the discussions about gender, women, violence and empowerment. We conclude that gender relations are historically imposed, and influenced the school dropout of

40 these students, creating many types of violence, and that the EJA presented itself as an empowerment space.

*Keywords*: *Youth and Adult Education; Women; Gender; Empowerment.*

1 Dados das autoras

45 **Introdução**

Este artigo tem como tema central o reconhecimento de alguns significados na vida histórico-social de alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do estado de Santa Catarina. O título “A Educação de Jovens e Adultos como um Espaço de Empoderamento Feminino”, remete à forte presença de mulheres nas turmas da EJA e como o processo de

50 escolarização se caracteriza como um território que empodera as educandas.

Quando nos remetemos aos aspectos vinculados ao empoderamento, nos apoiamos em Freire e Shor (1986), que o incorporaram como um conceito ligado à classe social, que parte da ação do sujeito, de um desequilíbrio nas relações de poder (FREIRE e SHOR, 1986). Nesse sentido, o empoderamento pode ser entendido como uma ação ou um processo em que

55 o indivíduo toma posse de sua vida pela interação com os demais, possibilitando mudanças e transformações em suas relações sociais (BAQUERO, 2012). O empoderamento passa a ser uma ação individual, mas que se fortalece no coletivo, que se constitui como “um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem” (FREIRE e SHOR, 1986, p. 123). O termo foi adotado, inicialmente, por movimentos sociais dos Estados

60 Unidos da América, que lutavam pela emancipação dos excluídos, e pela cidadania de grupos segregados, como negros, mulheres, homossexuais e deficientes (BAQUERO, 2012). Assim, à medida que entendemos que os espaços educativos da EJA, de certa maneira, promovem o empoderamento das alunas, compreendemos também que essa modalidade de ensino promove além da elevação de escolaridade, territórios de socialização, de mudanças e de

65 transformações da realidade das alunas.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, precisamos ressaltar que a EJA, é um espaço marcado por estigmas e preconceitos. Há, até mesmo no senso comum, quem compreenda a EJA como uma educação de “segunda chance”, desvalorizada. Entretanto, as alunas que frequentam a EJA trazem várias características singulares, culturas diversas e

70 marcas de violências, sofridas no decorrer de suas vidas. Todavia, as novas exigências sociais têm contribuído para o crescimento da população feminina na escolarização de jovens e adultos (POGGIO, 2012) e elas acabam por reconhecer a EJA como uma nova oportunidade de inserção social.

Para compreendermos a EJA como um espaço de empoderamento das mulheres,

75 buscamos alguns depoimentos de alunas que estão nas mais variadas turmas de escolarização

para jovens e adultos do estado de Santa Catarina. A coleta de dados se deu por meio do levantamento de relatos em que as alunas se dispuseram a escrever ou falar ao serem questionadas sobre os motivos que as fizeram evadir da escola quando mais jovens. Os relatos foram conduzidos pelos educadores e educadoras das turmas, que prontamente nos ajudaram

80 na coleta dos depoimentos, como forma de subsidiar dados para compreendermos, enquanto pesquisadoras vinculadas a grupos de pesquisa em EJA e em gênero, os motivos que levaram as alunas a se evadirem e como a EJA se apresenta nesse contexto, desse modo, o objetivo é levantar os dados sobre a evasão das mulheres que hoje estão na EJA.

No decorrer do artigo apresentaremos as questões de gênero relacionando com

85 aspectos da escolarização das mulheres, discorrendo sobre temáticas que fazem referência ao histórico das mulheres na educação, marcadores de gênero e violência simbólica. Para tanto, ancoradas em estudos teóricos como Bourdieu, Chartier, Louro, Saffioti, Rosemberg e Poggio. Cabe ressaltarmos que, a nossa pretensão, não é de esgotarmos as possíveis análises e reflexões sobre o tema, mas de trazermos ao debate da EJA as questões de gênero,

90 demonstrando de que esse espaço favorece o processo de emancipação e construção da autonomia das mulheres. Para tanto, o que traremos não são apenas as falas dessas alunas, mas o registro de um retrato de algumas formas de violências sofridas no decorrer de suas vidas, e como a EJA representou nesse novo caminho.

95 **A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres**

100

105

Ao problematizamos as demandas referentes às relações entre homens e mulheres e as desigualdades existentes entre os diferentes gêneros, tratamos de algo que está cada vez mais em pauta no contexto atual, e que, aflora-se no imaginário popular como ideologia de gênero2. No entanto, não se trata de um debate recente, são discussões ancoradas no movimento feminista, que trazem a bandeira da denúncia e da segregação que as mulheres vivenciaram e vivenciam por décadas. Essas questões sugerem um cuidadoso olhar acerca do debate de igualdade, marcadores sociais e direitos que foram dissimulados pelos discursos hegemônicos (POGGIO, 2012).

As preposições elencadas pelo movimento feminista enfatizam que é necessária a

compreensão do que é ser masculino e do que é ser feminino dentro das imposições históricas,

2 Não é intenção desse artigo debater a ideologia de gênero, mas cabe ressaltar que se trata de uma deturpação do que o debate de gênero quer realizar na escola e nas demais instituições sociais.

110

115

120

125

130

135

sociais e culturais. Essas imposições vão além do caráter biológico que diferenciam cada sexo e, “são discutidas à luz de seus condicionantes sociais e culturais, no que pressupõe pensar que as identidades de gênero não são estanques e imutáveis e constroem-se nas aproximações” (POGGIO, 2012, p. 91). São também, injunções sociais e culturais, convenções de naturalização de papéis que designaram um poder ao homem e promoveram como resultado, uma sociedade machista e sexista. Desse modo, a discussão sobre gênero se apresenta como fundamental para evidenciar os determinismos impostos na sociedade (POGGIO, 2012). Todavia, de acordo com Guacira Lopes Louro a caminhada feminista não se detém apenas na denúncia da opressão, da discriminação por gênero e nos processos hierárquicos de submissão. O movimento feminista já ultrapassou essa querela, isso porque, os textos acadêmicos começam a ensaiar explicações, e a promover articulações, propondo novos paradigmas para compreender as relações de gênero a partir de várias direções (LOURO, 1995).

O processo de naturalização do sexismo e das relações sociais de dominação, a priori, são calcadas em uma cultura que privilegia padronizações e estereótipos, resultando em um determinismo não apenas baseado em fatores biológicos, mas por fatores culturalmente impostos, aos quais, definiu-se que, os “homens normais” (entende-se “normais”, como socialmente aceitos, dentro dos padrões historicamente estereotipados), devem ser másculos, fortes, e em certos momentos, até descuidados com sua aparência; já as “mulheres normais” (refere-se, também, às socialmente aceitas, dentro dos padrões culturais e estereótipos de gênero definidos historicamente), devem ser femininas, cuidadosas e angelicais e, ainda mais, para que, as mulheres obtenham sua felicidade plena, elas deveriam (ou devem), casar-se e ter filhos ou filhas. Esse *status* de mulher para o lar, sempre vinha (ou vem) em primeiro lugar que os demais, primeiro a família, depois a carreira. Todavia, com o surgimento do capitalismo, a mulher acaba ficando em condições ainda piores, pois sua “fragilidade” e subalternidade é cada vez mais reforçada (SAFFIOTI, 2013).

De fato, percebemos que, a nossa história foi/é marcada por processos excludentes para com as minorias (quando falamos em minorias, não nos referimos a populações com menores números, mas sim, grupos que foram marginalizados ou discriminados por aspectos econômicos, sociais, políticos ou culturais, a exemplo dos povos indígenas, negros, homossexuais e as mulheres), esses processos se perpetuaram no decorrer dos tempos e trouxeram como um dos seus resultados, a baixa escolarização de algumas mulheres. É desse modo, que desejamos retratar que essa construção dos gêneros não é algo que devemos aceitar

140

145

150

155

160

como natural, mas é necessário que questionemos, pois, esses mecanismos de segregação, seja com as mulheres, ou com os negros, ricos e pobres, se apoiam na manutenção do “*status quo*, reforçando preconceitos e estereótipos, sustentados por uma suposta determinação biológica (POGGIO, 2012, p. 93).

Tais afirmações, são historicamente percebidas quando recorremos às práticas sociais que durante décadas, evidenciaram que, a função da mulher era ser “exclusivamente dona de casa, guardiã do lar. E as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo” (SAFFIOTI, 2013, p. 57). O que fez com que a identidade social da mulher, assim como a do homem, fosse construída por meio da atribuição que a sociedade esperava ver, ser cumprida pelos diferentes sexos (SAFFIOTI, 1987). Nesse sentido,

A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída as mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade permite à mulher que delegue esta função a outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariado para este fim. Todavia, esta "permissão" só se legitima verdadeiramente quando a mulher precisa ganhar seu próprio sustento e o dos filhos ou ainda complementar o salário do marido. (SAFFIOTI, 1987, p. 08)

165

170

175

Desde muito cedo somos alinhadas conforme os estereótipos do que é um ser feminino e do que é um ser masculino. “A sujeição de gênero, as desiguais relações de trabalho entre homens e mulheres se traduzem, não apenas na divisão e distribuição de tarefas, mas, sobretudo, nos critérios que deliberam a hierarquia e importância das funções” (POGGIO,

2012, p. 94), e a nossa cultura nos impregna de todos os lados, seja por intermédio das mídias, da família ou da literatura, pois a história nos revela que, o patriarcado atravessa a sociedade como um todo (SAFFIOTI, 2015). De acordo com Inês Poggio (2012):

Pode-se dizer que a nossa identidade vai se constituindo por meio das relações com os outros e com o mundo. Cada indivíduo, então, incorpora as relações sociais, conformando sua identidade pessoal, sua história e seu projeto de vida durante a sua existência. Com isso, o fato de pertencer a um gênero ou outro, também compõem as primeiras referências de mundo. Entretanto, embora se encontre diversos significados em diferentes culturas, as relações de sexo e gênero são, impreterivelmente, correlacionadas aos componentes políticos e econômicos de cada sociedade. (POGGIO, 2012, p. 91)

180

185

190

195

200

205

210

Mesmo vivendo perante um conjunto de discriminações historicamente construídas, as mulheres, por meio dos movimentos sociais se fortaleceram, e começaram a buscar a igualdade de direitos, ocupando cada vez mais os espaços educativos, evidenciando-se nesses uma forte presença feminina por parte dos estudantes de EJA. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2007), referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), demonstraram que no ano de 2007, a EJA era composta por 54% de alunas mulheres, com idade entre 18 aos 39 anos. Ou seja, a perspectiva de gênero é bem evidente nas classes da EJA, isso porque, a construção escolar na sociedade ocidental, se organizou de forma a, separar adultos de crianças, católicos de protestantes, ricos de pobres e meninos de meninas (LOURO,

1995). As mulheres, por sua vez, eram educadas, tanto na escola, como na família, por meio de técnicas que reforçavam cada papel social, que incutiam ideais para ser uma boa mãe e uma solícita esposa, que poderia até estudar, mas que, primeiramente, ser dedicada aos afazeres domésticos. O essencial, como nos aponta Chartier (1995), não é de opor termo a termo, uma definição histórica do que é masculino ou feminino, mas, de identificar, que há mecanismos que se apresentam como naturais na divisão social, e na determinação dos papéis e das funções. E que historicamente as mulheres foram inviabilizadas pelas condições desiguais de divisão das tarefas domésticas e sociais (POGGIO, 2012).

Tais mecanismos se apresentaram nas falas das alunas da EJA de Santa Catarina analisados na pesquisa apresentada neste artigo, e podemos afirmar que, a marcante presença das mulheres nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, decorre de um longo período de exclusão de direitos, a que, as mulheres foram submetidas, das quais muitas, não puderam estudar ou foram “condicionadas” a deixar a escola por questões impostas pela família, condição social ou pelo trabalho. É comum, ainda nos dias atuais, ouvirmos das alunas da EJA os motivos que as fizeram desistir de estudar e, muitos desses relatos têm relação com os

marcadores delimitados historicamente para cada um dos gêneros3, e que serão evidenciados

nos primeiros depoimentos trazidos na sequência:

Curso o Ensino Médio na EJA, estou fora da escola há 24 anos, parei de estudar aos 11 anos porque a escola era muito longe e minha mãe tinha medo de me deixar ir de ônibus. Aos 11 anos minha vida ficou concentrada nos afazeres domésticos ajudando a minha mãe na criação do meu irmão que tinha apenas 01 ano de idade. Com 18 anos me casei, e tive uma filha, nesse primeiro casamento sempre tive muita vontade de voltar a estudar, mas não tinha apoio do meu marido. Quando me separei retornei aos estudos, pois

3 Vale aqui, esclarecemos que, entendemos gênero como uma construção cultural, marcada por atribuições pré- determinadas para cada sexo (biológico).

quero melhorar a minha autoestima e, entendo que a pessoa precisa ter uma formação para se sentir viva. (NMVG4, 35 anos, estudante da EJA do SESI SC)

215

220

225

230

235

240

Eu ia para escola e à tarde trabalhava na roça, ajudava minha mãe na colheita, às vezes estava cansada e não queria ir para aula. Estudei até a 4ª série, depois disso parei, porque meu pai disse que não precisava mais, eu já sabia ler e escrever, e já estava bom para casar. (MGD, 27 anos, estudante do ProJovem Urbano de SC)

Eu já estava com 14 anos, fiquei só 6 meses e não pude estudar, meu pai disse que filha mulher não precisava de estudo. Com 19 anos me casei, vim embora para Florianópolis e meu marido nunca me deixou estudar. (JRD, 64 anos, estudante da EJA de São José)

Nos relatos5 acima descritos, das estudantes da EJA, percebemos muito forte a relação de poder, que se traduziu em uma violência simbólica. O conceito de violência simbólica foi criado por Pierre Bourdieu com o objetivo de esclarecer as relações de dominação entre pessoas ou entre os grupos sociais. Trata-se de uma violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre, pois não é física, é uma violência que se solidifica nas ações, nas exclusões, nos olhares, nas segregações dos espaços. “Se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio” (BOURDIEU, 1983, p. 21).

Ainda sobre a violência simbólica, Abramovay (2002) evidencia que é importante atentar que as diversas manifestações da violência simbólica, que são embasadas no abuso do poder, e fundamentadas no que ou em quem se legitima como autoridade. De acordo com Chartier (1995) ao definirmos que a submissão que foi imposta às mulheres, foi uma violência simbólica, compreendemos o que foi instituído na relação de dominação; relação que foi construída de maneira histórica, cultural e linguística. De acordo com Bourdieu (2007), a reprodução de padrões culturais e sociais é garantida por “três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes” (BOURDIEU, 2007, p. 103), e principalmente “à família cabe o papel

principal na reprodução da dominação e da visão masculina” (BOURDIEU, 2007, p. 103).

4 Usaremos apenas iniciais dos nomes para preservar a identidade das participantes da pesquisa.

5 Não serão trazidos os nomes das estudantes que fizeram os depoimentos, como forma de preservá-las, colocamos apenas as iniciais do nome e a idade. A coleta desses depoimentos nas mais diversas EJAs de SC, só foi possível devido à relação estabelecida com alguns colegas educadores de todo estado.

245

250

255

260

265

270

275

Todo esse processo de classificação repercute como um habitus6 que simula certa neutralidade (BOURDIEU, 1983), que faz com que a cultura sexista historicamente construída, deixe evidente quem é o dominante nas relações.

Constituída a partir de normas e representações culturais disseminadas ao logo da nossa história, a violência contra mulher interiorizada na cultura machista, ainda possui índices elevados, e impossibilita muitas mulheres de usar as vestimentas que desejam, de estudar ou trabalhar. Segundo Louro (1995) “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, foi somente no século XIX que as mulheres podem frequentar escolas mistas, todavia, no Brasil, a democratização do acesso à escola se deu somente nos últimos trinta anos, e apenas beneficiando mulheres de uma classe social mais elevada e do meio urbano. Para as mulheres mais pobres ou do campo, restou o trabalho do lar, ou outro trabalho que se apresentasse como complemento na renda familiar.

No contexto atual a Central de atendimento à mulher recebe denúncias por telefone de mulheres vítimas de violências diversas, e esses dados estão apresentados em um relatório anual socioeconômico das mulheres (BRASIL, 2013), e apresenta os seguintes números: 27,6% de 88,668 denúncias, foram de violência psicológica e, 11,7 de violência moral. Esses dois tipos de violências somam 39,3%, um índice bem elevado, e que merece atenção, pois em geral, essas violências não são entendidas como agressões, pois se tornam naturalizadas nas práticas cotidianas. Pesquisas mostram que, a violência psicológica e moral (simbólicas) são praticadas por pessoas próximas às mulheres, como maridos, namorados, companheiros, chefes ou parentes, e se apresentam, de certo modo, como “brincadeiras” que não devem ser levadas a sério, nem tão pouco denunciadas.

A análise dos registros de violência psicológica segundo o tipo evidencia uma clara predominância de ameaças (47,5%) e de danos emocionais, além da diminuição da autoestima (42,3%). As perseguições somam 5% do total dos registros de violência psicológica, o patamar mais estruturado e organizado da prática desse tipo de violência. O assédio moral, como modalidade de violência psicológica, foi relativamente pouco mencionado nos registros da Central. Uma possível explicação para essa baixa notificação é o fato de que muitos casos de assédio moral são classificados como pedido de informações pelas atendentes da Central, o que dificulta dimensionar mais precisamente o fenômeno. (BRASIL, 2013, p. 106)

Embora a emancipação da mulher esteja cada vez mais presente e a ideia de “igualdade”

entre os sexos se demonstre nos direitos humanos, pois as mulheres ainda permanecem

6 Conceito de Pierre Bourdieu que o situa no contexto das relações com as formas de socialização humana, guiadas por meio de dispositivos culturais, repassados de geração para geração.

280

285

290

295

300

305

310

315

320

“presas” em um sistema que tem predominância o domínio masculino. Essa dominação aparece nas falas das alunas, que demonstraram que os companheiros e/ou os pais (mãe e pai), as proibiram de estudar ou pelo menos não incentivaram seus estudos. “Do exposto pode-se facilmente concluir que ambos - pai e mãe - contribuem para a perpetuação do poder masculino e adulto” (SAFFIOTI, 1987, p. 39), e os depoimentos abaixo retratados, demonstram algumas afirmações descritas nesse artigo.

Estou cursando o Ensino Fundamental e fiquei 25 anos fora da escola, tive que parar de estudar por que os pais não deixaram, pois morava longe e na época não tinha transporte escolar. Quando parei aos nove anos fui ajudar a minha mãe nos afazeres da casa, comecei a trabalhar por dia nas roças dos vizinhos da família para ajudar na renda familiar já que meus pais moravam no interior e tinham terras. Aos 18 anos casei e continuei a trabalhar na roça e logo em seguida tive dois filhos, com o passar dos anos aprendia a costurar e vim morar mais próxima da cidade e hoje atuo como costureira autônoma fazendo pequenos trabalhos no ramo da confecção. Atualmente voltei a estudar, pois sonhava em ser uma empreendedora e entendo que para isso preciso estudar cada vez mais. (AMA, 34 anos, estudante da EJA do SESI SC)

Eu parei de estudar com 18 para trabalhar e ajudar minha mãe e voltei com 34 anos, na 5ª série, voltei com a vontade de ser uma auxiliar de sala este é meu sonho que se Deus quiser vou conseguir. (EP, não informou idade, estudante da EJA de Florianópolis)

Parei de estudar para cuidar dos meus irmãos, tinha 14 anos e estava na 7ª série, meu pai dizia que eu já tinha estudo demais para quem ia cuidar da casa. Morava no interior de Santa Catarina, lá era tudo no campo e as mulheres ajudavam na casa e na agricultura, quase ninguém estuda mais que até a 8ª série. (MAGV, 26 anos, estudante do ProJovem Urbano de SC)

Verificamos por meio dos relatos, que as alunas abandonaram a escola por diversos motivos, entretanto, a relação com os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos ou irmãos e o trabalho como complemento da renda familiar se demonstraram presentes nas falas apresentadas. Em geral, os afazeres domésticos ainda são de responsabilidade das mulheres, mesmo que estas trabalhem “fora”. Elas enfrentaram uma dupla, ou até tripla jornada de trabalho, já que, além do cuidado da casa e do trabalho “fora”, tem a criação dos filhos e filhas, que embora a contribuição do homem esteja aparecendo cada vez mais, esta, ainda não se entende como “parte de uma função já internalizada socialmente”, pois o papel do homem no cuidado do lar e dos filhos e filhas é apenas o de “dar uma ajuda.”,Nessa mesma direção a renda da mulher é compreendida por muitos como um complemente. Com relação a esses aspectos percebemos que ainda hoje “a sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tentam nos fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre

de sua capacidade de ser mãe” (SAFFIOTI, 1987, p. 09). Em consonância com Poggio,

compreendemos que,

325

330

335

340

[...] as sociedades instituem uma espécie de “de-finição” de funções para homens e mulheres, quase sempre pautadas em critérios sexistas, classistas e racistas, que, por permanecerem inquestionáveis e pouco alteradas no tempo, são incorporadas e repassadas às novas gerações como elementos naturais. A naturalização das relações de dominação e exploração de homens sobre as mulheres, de povos brancos sobre diversas etnias, assim como de ricos sobre pobres, tem sido um importante mecanismo de manutenção do status quo, reforçando preconceitos e estereótipos, sustentados por uma suposta determinação biológica. (POGGIO, 2012, p. 92)

Outro fator que é marcante nas turmas da EJA é vermos frequentemente as alunas levando seus filhos e filhas para sala de aula, pois não têm com quem deixar as crianças, para que possam estudar. No entanto, o mesmo não ocorre com os alunos homens que são pais, pois, “dentre os fatores propriamente sociais que circulam a condição da mulher [...], fatores de ordem natural mesclam-se aqui com fatores de origem nitidamente social” (SAFFIOTI, 2013, p. 87). Vale aqui ressaltarmos, que os fatores de ordem natural, como gravidez para as mulheres, são incorporados nos discursos que fortalecem os marcadores de gênero, e se impõe às alunas, como mais um motivo de evasão, como veremos nos próximos relatos das alunas da

EJA.

345

350

355

360

Estou cursando o Ensino Médio, fiquei fora da escola por dois anos, parei de estudar porque engravidei aos 17 anos, e por isso me casei. Fui morar junto com a sogra, só conseguiu retornar aos estudos por que a minha mãe cuida da minha filha para eu estudar, mas eu tenho que fazer um longo trajeto até a casa da minha mãe nos dias que tem aula. E, infelizmente durante o dia não consigo retornar ao mercado de trabalho, porque ainda não consegui vaga na creche, já que antes de engravidar tinha trabalhado em uma padaria, quem é o responsável pela renda familiar é o meu marido que tem 19 anos e trabalha na indústria de plástico. Retornei aos estudos, pois pretendo ter uma profissão e melhorar de vida, quero ser professora. (MSG, 19 anos, estudante da EJA do SESI SC)

Estou cursando o Ensino Médio, parei de estudar quando tinha 15 anos, porque fiquei grávida do meu namorado que tinha 21 anos, por esse motivo fomos morar juntos, nessa época trabalhava no comércio, após ganhar meu filho mudei de ramo indo para o ramo da confecção, pois o salário é melhor. Retornei aos estudos, pois não me sentia completa já que meu grande sonho é me formar, mas devido a outras prioridades tive que ir adiando esse sonho por 24 anos. (RWH, 39 anos, estudante da EJA do SESI SC)

365

Parei no ano de 1988, com 15 anos, porque engravidei. Casei e fiquei cuidando da família. Depois em 2000, com 28, resolvi voltar no ensino regular, mas no fim do ano engravidei do filho mais novo e parei de novo Em 2013, com 40 anos, meu filho mais velho foi fazer EJA e eu me

370

interessei e, com o apoio da família voltei porque queria muito terminar o ensino médio e não parei mais. Estou fazendo Pedagogia e termino em 2018. Amo estudar e nunca reprovei nem nunca fiquei em exames finais, espero concluir a faculdade assim também. (MD, não informou idade, ex-estudante da EJA de Florianópolis)

375

380

385

390

395

400

Eu parei de estudar em 2004 porque estava grávida, eu tinha 16 anos na 6ª série, eu voltei depois com 25 anos de idade. Voltei para poder estudar na EJA porque a minha filha já estava grande e porque era um sonho que eu tinha de realizar esta etapa da minha vida que ficou parada por algum tempo hoje estou terminando o 2º grau e a EJA foi uma grande oportunidade para mim junto com os meus professores que tanto me apoiaram. (VC, não informou idade, ex-estudante da EJA de Florianópolis)

Com 15 anos comecei a namorar e com 16 engravidei e me casei. Então com filho, marido e trabalhando não tinha tempo de estudar. Hoje tenho quatro filhos, três meninas e um menino, ele tem 19 anos, e elas com 13, 12 e 6 anos. (KSS, 35 anos, ex-estudante do Proeja)

É fato que já há um número significativo de mulheres vêm se beneficiando da educação para jovens e adultos, todavia, de acordo com Fúlvia Rosemberg (1994), são essas mesmas mulheres que quando decidem voltar a estudar na vida adulta, possuem uma menor possibilidade de concluírem seus estudos na EJA. A vida social lhes impõe limitações decorrentes de locomoção (escolas distantes e geralmente no período noturno), cansaço decorrente da jornada de trabalho e, além das atividades de casa e com filhos ou filhas, netos ou netas. Essas atividades acabam afastando mais as mulheres da escola, tendo em vista que, são elas, que ainda são condicionadas e se reconhecem como tal para cuidar dos outros – lar e família, e não de si ou pouco de si próprias, diferentemente dos homens, que são condicionados, educados, ao cuidado de si, em primeiro lugar (ROSEMBERG, 1994).

Mesmo em meio a tantos afazeres, as mulheres buscam se fortalecer, e encontram nos espaços da EJA, um local de compartilhamento de experiências e de socialização, o que as leva a estarem cada vez mais presentes nas turmas de escolarização de jovens e adultos. Em geral, elas declaram os mais variados motivos para o seu o retorno à escola, desde o desejo de melhorar de vida por meio da escolarização, a vontade de ajudar os filhos e filhas ou netos e netas nas tarefas escolares, a volta ao mundo do trabalho como forma de contribuir para o sustento familiar, conseguir ler a bíblia, receitas, ou outros livros, e por fim, vemos também, um forte desejo de fazer uma universidade ou um curso técnico. Destacamos que, nos depoimentos das alunas da EJA, há um reconhecimento da educação como uma possibilidade

405

410

415

420

de melhorar de vida, de crescimento. Esses espaços educativos já se caracterizam como um território de mulheres, isso porque percebemos que a participação das mulheres em turmas da EJA se configura, ultimamente, como uma possibilidade de superação da exclusão que elas vivenciaram durante seu percurso escolar (POGGIO, 2012).

Por fim, ressaltamos que os depoimentos das alunas da EJA de Santa Catarina, foram trazidos neste artigo, como uma maneira de darmos voz a essas mulheres estudantes da EJA, demonstrando que dentre os mais variados discursos, há questões de violências imbricadas nas relações de gênero e, que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se anunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2007, p. 22).

Conforme já retratamos, muito se avançou na questão das relações sociais e de gênero, mas ainda nos tempos atuais há uma forte pressão social sobre o controle dos corpos e dos comportamentos principalmente das mulheres. Os marcadores de gênero, a cultura dominante, as crenças, religiosidades, estigmas e as definições de papéis masculinos e femininos, são historicamente perpetuados de geração para geração.

**Considerações Finais**

425

430

435

Depois dos dados e das falas, tornou-se mais fácil compreendermos o porque a discussão de gênero é ainda inquieta tanto a sociedade . A recente utilização de uma citação de Simone de Beauvoir em uma prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, 2015), causou um verdadeiro alvoroço nas mais variadas esferas da sociedade. Há um receio de que os estudos feministas, de gênero e das violências atuem com mais força na formação das mulheres, levando-as a pensar com criticidade sobre a sua condição feminina. Tais debates estremessem muitos alicerces da nossa cultura patriarcal imbricada em um fundamentalismo religioso cada vez mais latente.

O fato é que muito se avançou na questão das relações sociais e na discriminação que as mulheres passam; não obstante, percebemos que os marcadores de gênero são perpetuados de maneira a fortalecer uma cultura machista e sexista, visualizamos evidencias desse processo nas falas descritas das estudantes neste artigo. Mesmo paraaquelas com menos idade, há uma sujeição imposta de forma desigual, direcionando-asàs atividades de cuidado do lar e dos filhos e filhas, como uma função unicamente relacionada à questão da maternidade. Por meio dos

440

445

450

455

460

465

depoimentos, compreendemos que, não é uma questão fácil de debater ou de desconstruir, já que, envolve uma cultura dominante, um modismo de papéis, uma mídia que tendencia costumes e de crenças que se alicerçam nas definições do que é ser masculino e do que é ser feminino.

Nessa perspectiva, percebemos que a violência simbólica é subentendida da mesma forma que as desigualdades de gênero, uma vez que, a cultura e a sociedade naturalizam os fatos e os aceitam como corretos e indissolúveis, incutindo no imaginário das pessoas que a sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, demonstrada pelo poder dado ao homem pelo casamento. “O casamento incita o homem a um imperialismo caprichoso: a tentação de dominar é a mais universal, a mais irresistível que existe [...] muitas vezes não basta ao esposo ser aprovado, admirado, aconselhar, guiar: ele ordena, representa o papel de soberano” (BEAUVOIR, 1980, p. 222).

É bem importante o que conquistamos até aqui em relação a esse tema, mas a luta está longe de terminar, pois atualmente, há mais um condicionante que se apresentou recentemente na bancada congressista brasileira e em muitos Planos Estaduais e Municipais de Educação em que as questões de gênero são retiradas e se aponta para um visão de misogenia e desqualificador das mulheres. De acordo com Saffioti (2013), enquanto as relações forem reguladas dentro de um sistema capitalista, sempre terá quem domina e quem é dominado, e as mulheres nunca conquistaram a liberdade que tanto desejam, até porque, as relações sociais estão pautadas em condições desiguais, seja na distribuição dos afazeres domésticos, nas questões biológicas (gravidez, aleitamento e parto), somadas a cargas horárias excessiva de trabalho (doméstico e emprego).

Infelizmente, a escola não consegue dar conta de todas essas discussões, mas torna-se primordial evidenciarmos o significativo papel que a Educação de Jovens e Adultos tem nessas relações, pois essa modalidade de ensino, que por vezes é pouco representada nos campos de estudos da educação, apresentou-se como o local de expectativa e esperança para muitas mulheres; elas relacionam esse espaço como um de território de socialização, de enfrentamento das desigualdades e de empoderamento feminimo, “pode-se afirmar com isso, que atualmente a EJA tem sido para muitas mulheres, uma possibilidade de conquista de autonomia e emancipação e, do mesmo modo, um caminho para a construção de uma sociedade justa [...]” (POGGIO, 2012, p. 95).

470

475

480

Finalizamos enfatizando, que as falas das alunas da Educação de Jovens e Adultos em uma perspectiva de gênero vêm com o intuito de demonstrarmos que as desigualdades estão fortemente representadas no cotidiano dessas alunas, e que, mesmo sendo um debate não tão atual, é por demasiado emergente na construção das subjetividades, organizando a realidade e o quotidiano, a diferença sexual e o discurso que a funda e legitima (CHARTIER, 1995). Percebemos, também, que a EJA se constituiu como uma busca de direitos, de retorno ao que lhes foi retirado, um empoderamento; um “direito universal e indiscriminado de escolarização” (POGGIO, 2012, p. 95). E ao retomarmos o sentido da palavra empoderamento, percebemos que se trata de “uma educação para a emancipação, concebida, conforme Freire, como ação cultural para a libertação, e pode se constituir em instrumento valioso em projetos e ações direcionados ao empoderamento dos sujeitos” (BAQUERO, 2012, p. 184); e que, ao darmos visibilidade a esta temática no atual contexto brasileiro em que as temáticas de gênero são exluídas dos projetos de lei e dos planos de educação, foi um meio de fortalecermos as lutas e

não deixarmos que sejam adormecidas, diante dos discursos misóginos e sexistas.

**Referências**

485

490

495

500

505

ABRAMOVAY, Miriam et. al. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 2ª ed. Vol. 1 Tradução: Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, abr. 2012. Quadrimestral. Disponíve[l em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/deb](http://seer.ufrgs.br/index.php/)ates/index>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, novembro, 2013.

CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In:

**Cadernos Pagu**. (4), 1995.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia** – O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1986.

510

515

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n.2, jul./dez.1995.

POGGIO, Inês Soares Nunes. A construção das relações de gênero**.** In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org). **Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 88-101. 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. In: Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo (Org.). **Mulher e educação**. São Paulo: EDUC, 1994.

520

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

525